



**ACÓRDÃO Nº398/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11355/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretária de Estado de Produção Rural - Sepror.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsáveis:** Hamilton Nobre Casara, José Cidenei Lobo do Nascimento e José Aparecido dos Santos.
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851 e Andrezza Caldas Vital - OAB/AM 10723.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 448/2022-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR . Exercício de 2017.

*Regularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Prazo. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a prestação de contas do **Sr. Hamilton Nobre Casara**, Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR, exercício 2017, no período de 01/01/2017 a 10/05/2017, nos termos do art. do art. 22, inciso I, da LO-TCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular** a prestação de contas do **Sr. José Cidenei Lobo do Nascimento**, Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR, exercício 2017, no período de 11/05/2017 a 03/10/2017, nos termos do art. do art. 22, inciso I, da LO-TCE/AM;
- 10.3. **Julgar regular com ressalvas** a prestação de contas do **Sr. José Aparecido dos Santos**, Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR, exercício 2017, no período de 04/10/2017 a 31/12/2017, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 –



**ACÓRDÃO Nº398/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

RITCE/AM, em razão das divergências encontradas no balanço patrimonial do órgão, em contrariedade ao que dispõe o art. 94 e seguintes, da Lei n. 4.320/64;

**10.4. Aplicar multa ao Sr. José Aparecido dos Santos** no valor de **R\$2.000,00 (dois mil reais)**, nos termos do art. 54, inciso VII, da LO-TCE/AM, em razão das divergências encontradas no balanço patrimonial do órgão, em contrariedade ao que dispõe o art. 94 e seguintes, da Lei n. 4.320/64, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Dar ciência** deste *Decisum* aos gestores da Secretaria de Estado de Produção Rural - Sepror.

**11- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 29 de março de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº398/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em exercício

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral